



DR. JESSEIR ALCÂNTARA



Nós, os juízes: deuses ou cidadãos?

Sócrates já dizia: “Três coisas devem ser feitas por um juiz: ouvir atentamente, considerar sobriamente e decidir imparcialmente.” Grande verdade.

Magistrados, de qualquer instância, não são deuses, não criam nem destroem, devem garantir o sistema democrático, apesar de que muitos prestam concurso para juiz e assumem como Deus. Mudam até o jeito de andar depois que assumem a judicatura e determinam que sejam chamados de “Excelência”, numa verdadeira crise de uma doença crônica chamada juizite.

É inegável que o julgador pertence a um poder, o Judiciário, exercendo um cargo da mais alta estirpe na sociedade. Tem muita responsabilidade sobre seus ombros, necessita trabalhar incansavelmente e possui poder de decisão, mas não se pode olvidar que é um ser humano falível como qualquer outro e sujeito a falhas, mas não pode ser corruptível. Em palavras singelas: tem de andar nos trilhos e nos trinques. Determinado magistrado vociferou erroneamente no passado: “nós somos a Constituição”. É um infeliz engano, pois nós somos cumpridores dela.

A presidente da Associação Juizes para Democracia, Kenarik Felipe, afirmou certa feita que: “Juizes, assim como os demais cidadãos, não podem ter subtraídos os direitos de liberdade de expressão, associação, crença e reunião, preservando a dignidade de suas funções e a imparcialidade e independência da judicatura”. Continua: “Os juizes individualmente considerados e o Judiciário como órgão estatal estão subordinados ao povo, nos termos do ordenamento jurídico democraticamente construído, e não podem se sobrepor a isto supondo-se eles mesmos o espírito do povo”.

Nós estamos sujeitos às mesmas paixões e sentimentos dos outros mortais na face da Terra. Mesmo sendo autoridades, nós sofremos, sorrimos, brincamos e amamos. Não somos seres de outro planeta, muito embora alguns pareçam em razão de seus comportamentos autoritários e abusivos.

Exigimos respeito dos outros, porém para isso devemos dar a contraprestação, respeitando também. Distribuimos justiça a quem merece. Na realidade, a magistratura é um sacerdócio e há necessidade de ter dom para exercê-la com dignidade, sob pena de cair no ridículo e descrédito.

O apóstolo São Paulo ensina em uma de suas cartas que os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal e que é necessário a sujeição a eles, não somente por causa do temor da punição, mas por dever de consciência.

Não somos deuses. Somos seres humanos e cidadãos, aprovados em concurso público para sermos simples como as pombas, mas astutos como as serpentes, com autoridade.

Jesseir Coelho de Alcântara é juiz de Direito e professor de pós-graduação.

(Publicado em 25/03/2009)